



Boletim nº 01/2020

Direção Colegiada SINTUFSCar - Gestão 2019/2020
"Resistir e Democratizar"

São Carlos, SP, 5 de fevereiro de 2020.



Não aceitaremos o desmonte do serviço público: início do calendário de lutas!

O Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (FONASEFE) aprovou um calendário de lutas que tem como destaque o Lançamento da Campanha Salarial 2020, com previsão de lançamento logo após a nova reunião ampliada do Fórum, que ocorrerá dia 10 de fevereiro, em Brasília. Os eixos dessa campanha são:

- **Contra a redução da jornada de trabalho com redução salarial;**
- Defesa do serviço público;
- Defesa das carreiras e dos direitos do funcionalismo público;
- Denúncia dos impactos das Reformas Previdenciária e Administrativa nas carreiras e nos salários do funcionalismo público;
- Convocação de uma Greve Geral em Defesa dos Direitos e dos Serviços Públicos para o dia 18 de março – data em que as centrais sindicais estão convocando um Dia Nacional de Paralisação.

Calendário:

- 10/02: Reunião Ampliada do FONASEFE, em Brasília-DF;
- 12/02: Ato na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, às 10h;
- 12/02: Lançamento da Campanha Salarial 2020 do FONASEFE, em Brasília-DF, às 14 horas;
- 08/03: Mobilização do Dia Internacional de Luta das Mulheres, em todo o Brasil;
- 18/03: Greve Geral em Defesa dos Direitos e dos Serviços Públicos, em todo o Brasil.

Reforma Administrativa de Bolsonaro/Guedes é a maior ameaça já vista contra os serviços públicos e aos próprios servidores

Tendo como pano de fundo a crise econômica e financeira do Estado brasileiro e também invocando a necessidade de racionalização da força de trabalho do Poder Executivo federal, o governo Bolsonaro pretende promover ampla reforma administrativa, com medidas voltadas para a descentralização, a redução do gasto governamental e a revisão do tamanho e do papel do Estado.

O novo desempenho ou a reestruturação da Administração Pública, que incluiria medidas constitucionais e infraconstitucionais, algumas das quais já em tramitação no Congresso Nacional, deve focar na automação e digitalização dos serviços públicos e na redução de custos com estrutura e pessoal. O trabalho está sendo formulado e coordenado pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, que tem sob sua subordinação a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.

A ideia geral, dentro da lógica do ajuste fiscal, consistiria:

1. No enxugamento máximo das estruturas e do gasto com servidores, com extinção de órgãos, entidades, carreiras e cargos;

2. Na redução do quadro de pessoal, evitando a contratação via cargo público efetivo;
3. Na redução de jornada com redução de salário;
4. Na instituição de um carreirão horizontal e transversal, com mobilidade plena dos servidores;
5. Na adoção de critérios de avaliação para efeito de dispensa por insuficiência de desempenho;
6. Na ampliação da contratação temporária; e
7. Na autorização para a União criar fundações privadas, organizações sociais e serviço social autônomo – cujos empregados são contratados pela CLT – para, mediante delegação legislativa, contrato de gestão ou mesmo convênio, prestar serviço ao Estado, especialmente nas áreas de Seguridade (Saúde, Previdência e Assistência Social), Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Turismo e Comunicação Social, entre outros.

Mas não para por aí. O governo pretende aproveitar alguns projetos em tramitação no Congresso para acelerar a implementação da reforma administrativa. Entre estes, o governo deve apoiar a aprovação dos projetos de Lei Complementar nº 248/1998, em fase final de tramitação na Câmara, e o PLS nº116/2017, da senadora Maria do Carmo (DEM-SE), em regime de urgência no Senado, que tratam da quebra da estabilidade no serviço público; do PLP nº 92/2007, do governo Dilma, que autoriza a criação de fundações estatais; o PL 10.720/2018, do senador José Serra (PSDB-SP), que prevê novas formas de contrato de gestão, por intermédio de organizações sociais; e do PLP nº 268/2016, do ex-senador Valdir Raupp (MDB-RO), que reduz a participação dos segurados e assistidos na governança dos fundos de pensão.

Dentro dessa nova lógica, o governo Bolsonaro já anunciou o fim dos concursos públicos e dos reajustes salariais, propôs dura reforma da previdência, que retira direito de segurados, aposentados e pensionistas.

A visão do governo sobre os servidores e o Serviço Público é a pior possível. Os primeiros são vistos pelo governo como “parasitas”, que ganham muito e trabalham pouco, além de serem aliados e estarem a serviço da esquerda. O segundo é associado à ineficiência e à corrupção.

Diga NÃO ao desmonte do serviço público. Participe da assembleia e fortaleça a categoria!